

A IGREJA SUEVA DE DUME (BRAGA)

Luis Fernando de Oliveira Fontes
*Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho**

INTRODUÇÃO

Em 1987 iniciou-se em Dume, povoação dos arredores da cidade de Braga, um programa de escavações arqueológicas abrangendo a igreja paroquial e área envolvente. Até esta data os trabalhos permitiram colocar a descoberto importantes vestígios, correspondentes a uma ocupação do local desde o século I d.C. até à actualidade, destacando-se significativos troços do edifício basilical do século VI e da sua reedificação na época da Reconquista (séculos X-XI).

Dos textos coevos da fundação e dos séculos seguintes não se recolhem quaisquer elementos sobre a história das construções e sua evolução, deixando apenas transparecer a importância do conjunto monástico dumense como centro de difusão religiosa e cultural. Provavelmente abandonado em 866, ano em que o seu bispo Sabarico se transferiu para Mondonhede, fundando aí a *diocesis minduniensis*, mas objecto de cobiças várias durante os séculos IX e X, Dume viria a ser restituída à diocese de Braga nos princípios do século XII. Deste período data a sua primeira reedificação que, como veremos, conservou a traça original. No século XVIII foi novamente reedificada, alterando-se então por completo a estruturação anterior. Ampliada já no final deste século, a igreja de Dume continua a marcar a sacralidade do lugar, encerrando no seu seio a memória de tempos pacíficos ou conturbados, de progresso ou de estagnação.

Com a terceira campanha de escavações arqueológicas terminada recentemente e perspectivas de

continuidade ainda este ano, é evidentemente impossível apresentar resultados definitivos. Por isso, limitar-nos-emos a sintetizar o que já foi publicado sobre a estação (FONTES, 1987, 1990 e 1992) acrescentando apenas algumas notas sobre os novos dados fornecidos pelos últimos trabalhos.

ENTRE O CAMPO E A CIDADE

Encaixada nos recortes da vertente Norte da plataforma por onde a cidade de Braga se abre para o amplo vale do rio Cávado, a freguesia de Dume conserva ainda o seu carácter rural, ocupando parte da fértil várzea que se estende até ao rio em suave pendor. Apesar da forte expansão urbana da cidade de Braga, domina ainda a paisagem de «bocage», com pequenas manchas de floresta cercadas por grandes áreas de cultivo, que se retalham em minúsculos campos marginados pelas características vinhas de enforcado, que se estendem em ramadas sobre os caminhos até às casas. Uma densa rede de caminhos e estradas liga inúmeras povoações e casais, ilustrando um povoamento disperso mas intenso, antigo, em que se destaca a alvura das capelas e igrejas que, pela sua implantação no alto dos montes ou pela altura dos campanários, estabelecem uma ligação simbólica entre a terra e o céu, parecendo invocar a protecção divina.

Aí em Dume (fig. 1), próximo da *urbs* e à margem da estrada romana que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti* —a via XIX-XX do *Itinerarium Antonini*— entre o *saltus* e o *ager*, levantou-se por meados do século VI uma basílica consagrada a S. Martinho de Tours —«(...) *Erat enim eo tempore Miro Rex Civitate Illa, in qua*

* Avenida Central, 39 – P-4700 BRAGA.

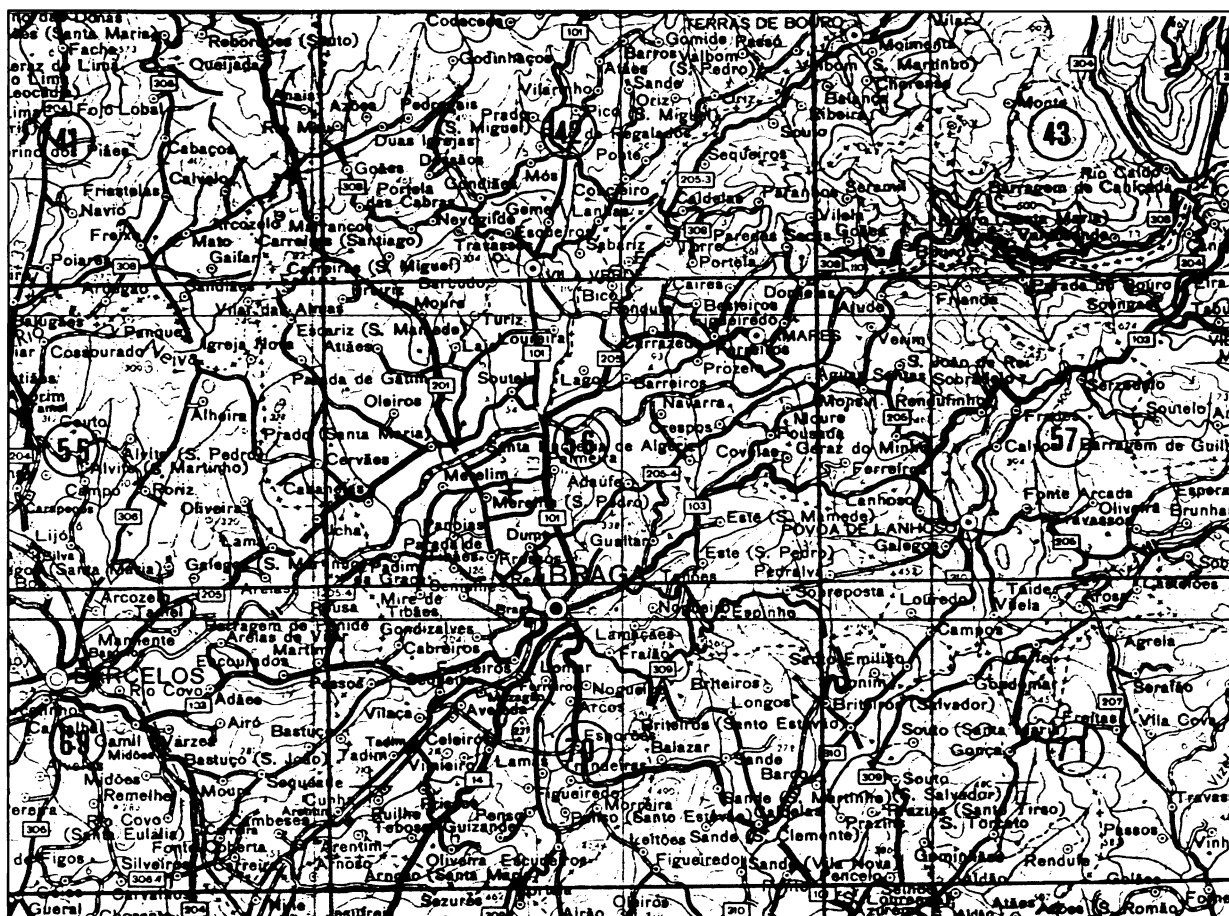


Figura 1 a). Extracto de Carta Corográfica de Portugal, 1:250000, com indicação da localidade de Dume (Braga).

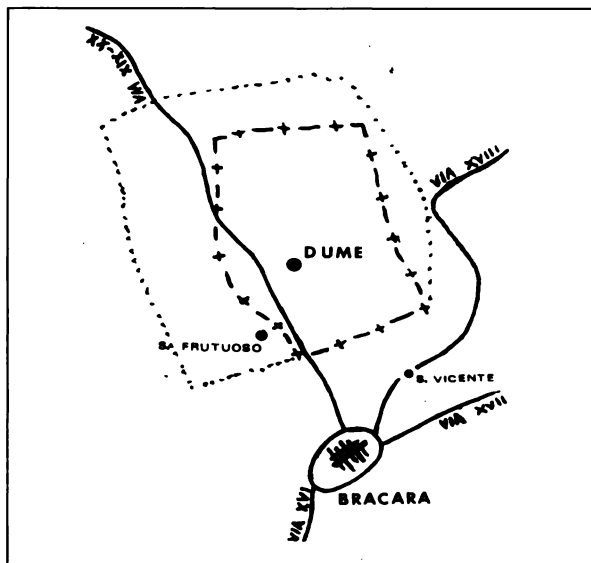
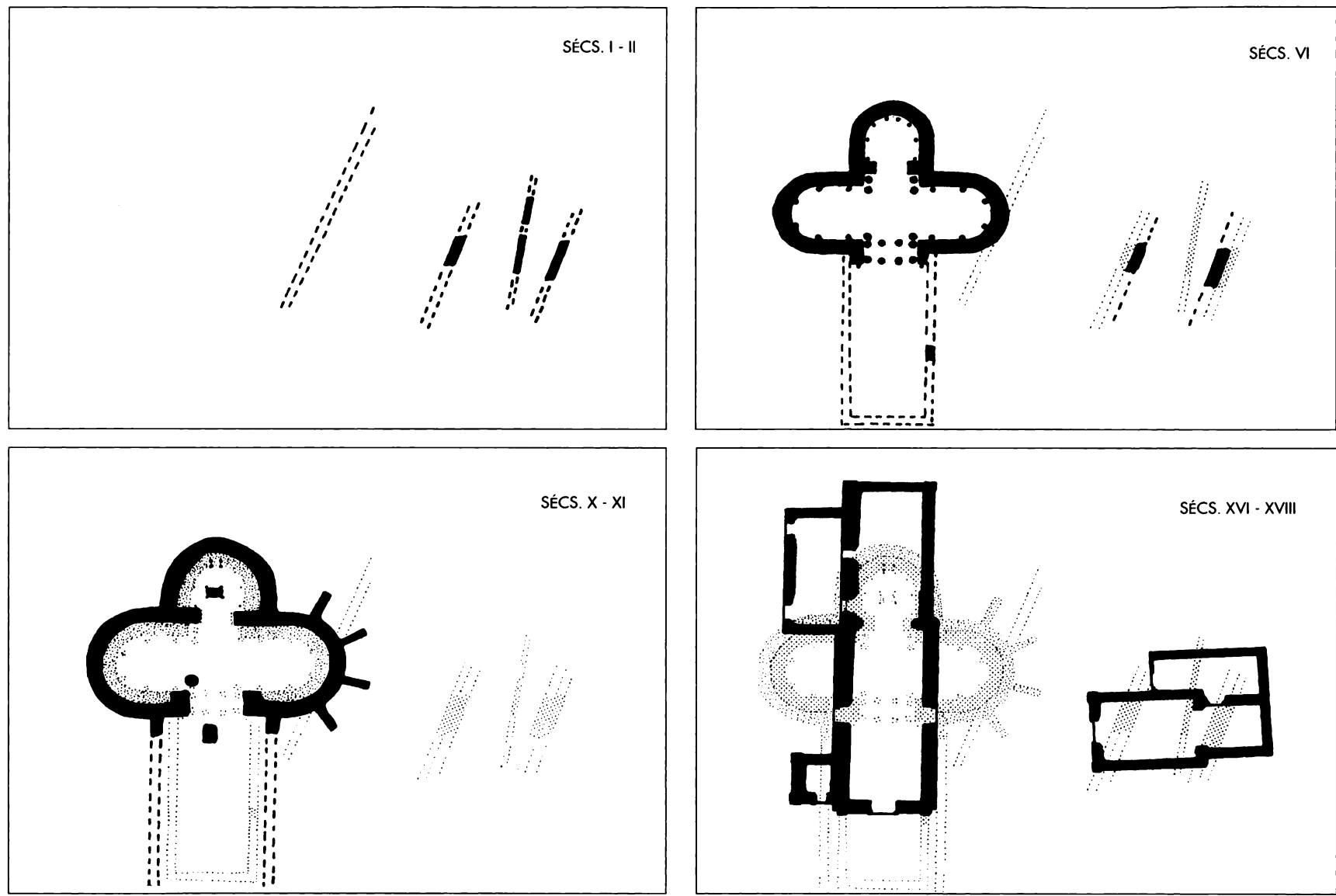


Figura 1 b). • DUME - Basílica + Mosteiro
 • S. FRUTUOSO - Capela Martirial + Mosteiro
 • S. VICENTE - Inscrição Funerária
 - - - - - Limite actual da Freguesia de Dume
 Limite antigo da Diocese de Dume
 VIAS - Segundo *Itinerarium Antonini*

decessor ejus Basilicam Sancti Martini aedificaverat (...)», como refere S. Gregório de Tours nos seus *Miracula et Opera minora*, IV, 7 (AMARAL, 1803).

Terá sido esta basílica que S. Martinho bracara-se, após fundação de um mosteiro anexo, elevou a sede episcopal de Dume, em 558, tornando-se, por determinação régia, no primeiro bispo da célebre diocese referenciada em 572, na *divisio Theodomiri*, como «*Ad Dumium familia regia*» (*Liber Fidei*, doc. n.º 551 – COSTA, 1978).

A igreja paroquial de Dume e o seu adro, em torno dos quais se organizaram o cemitério, a residência do prior, o salão paroquial polivalente, a capela de Nossa Senhora do Rosário e algumas habitações, numa envolvência equilibrada, constituem o núcleo estrutural da freguesia – quer como referencial colectivo de uma prática religiosa milenar quer do ponto de vista da sua organização espacial. Relativamente a este último aspecto, saliente-se a permanência dos limites territoriais de Dume, com variações muito pouco significativas entre o termo delimitado em 911 (*Liber Fidei*,



0 9.5 m

Figura 2. DUME: evolução do edificado. Dados conhecidos em 1990.

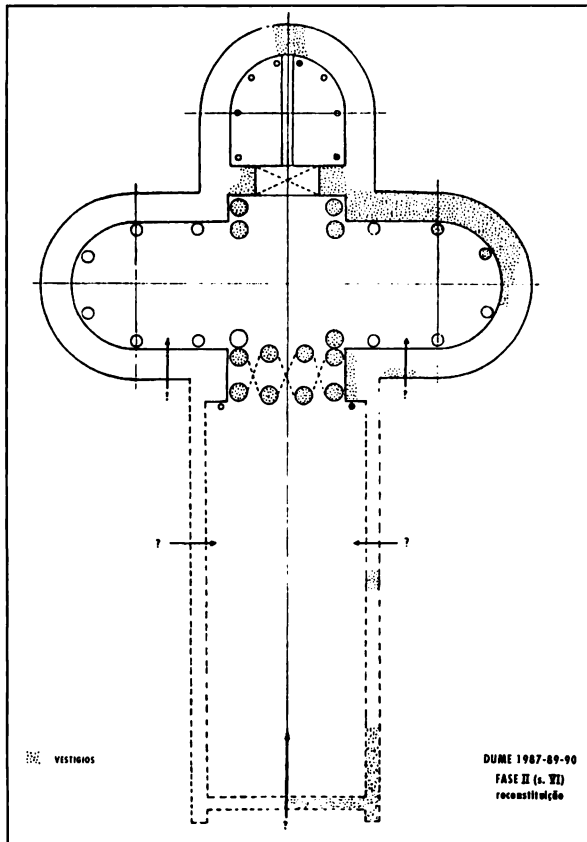


Figura 3. Proposta de reconstrução do traçado da igreja sueva de Dume (dados de 1992).

doc. 19 - COSTA, 1965), já então reportado aos seus *termini fortissimi ab antiquis constructi*, e o limite da actual freguesia de Dume.

OS DADOS DAS ESCAVAÇÕES

A localidade de Dume era conhecida, já desde o século XVIII, pela abundância de vestígios arqueológicos de época romana, que trabalhos agrícolas ou de construção civil foram casualmente colocando a descoberto. Embora se dispersassem por toda a freguesia, a sua predominância em torno da igreja paroquial era notável, salientando-se algumas epígrafes e restos de construções.

As primeiras referências à existência de um primitivo templo soterrado datam do século XVIII. São fornecidas por Valério Pinto de Sá, que relata, com alguma tristeza, a ampliação da igreja paroquial sem se cuidar de proteger e estudar os inúmeros vestígios que surgem da demolição do templo anterior. Do seu testemunho manuscrito, citado primeiramente por João de Moura Coutinho, depreende-se a existência, entre outros vestígios,

de uma edificação de planta trilobada desenvolvendo-se sob o templo actual e estendendo-se pelo adro (COUTINHO, 1957 e 1978).

Alguns elementos arquitectónicos provenientes das cercanias da igreja, actualmente recolhidos em museus de Braga e em casas de particulares, bem como a descoberta de muros de tipologia romana no subsolo da capela de Nossa Senhora do Rosário, a apenas 10 metros da igreja paroquial, na sequência de obras de restauro a que recentemente havia sido sujeita, confirmavam a importância arqueológica do sítio. Complementarmente, inúmeras fontes escritas antigas referenciavam para o local uma intensa ocupação alto-medieval, associada sobretudo ao bispado de Dume.

Tendo todos estes elementos como referência, iniciaram-se as escavações arqueológicas, primeiro no interior da capela de Nossa Senhora do Rosário, depois no logradouro entre esta e a igreja paroquial, de seguida no interior do templo e, mais recentemente, no adro que se desenvolve para Oeste.

A OCUPAÇÃO ROMANA

Os vestígios mai antigos encontram-se a cerca de 2,5-3 metros de profundidade, e parecem corresponder às ruínas de uma *villa* romana. Uma série de paredes paralelas orientadas SE-NO, desenvolvem-se a Sul da igreja de Dume, identificando-se no interior da capela de Nossa Senhora do Rosário parte de um amplo compartimento pavimentado com *opus signinum*. Fragmentos de *sigillata hispânica* formas Drag 27 e 37 e de vidro decorado com fios relevados de vidro branco (FONTES, 1987: 130), recolhidos sob e no pavimento, datam a construção e ocupação da edificação a que pertencem estes vestígios dos séculos I-II d.C. A cerâmica *bracarense* encontrada em camadas de remeximento e as epígrafes romanas recolhidas nas imediações datam também deste período (TRANOY, 1981), confirmando assim uma ocupação romana em Dume nos dois primeiros séculos da nossa era.

Alguna cerâmica «castreja» nos estratos associados à ocupação romana parecem atestar a permanência de produções locais pré-romanas, denunciando, pelo menos ao nível da cerâmica utilitária, uma aceitação e integração mútuas de padrões romanos e indígenas.

A continuidade da ocupação da *villa* nos séculos seguintes aparece evidenciada pela repavimentação da sala e elevação de novas paredes dividin-

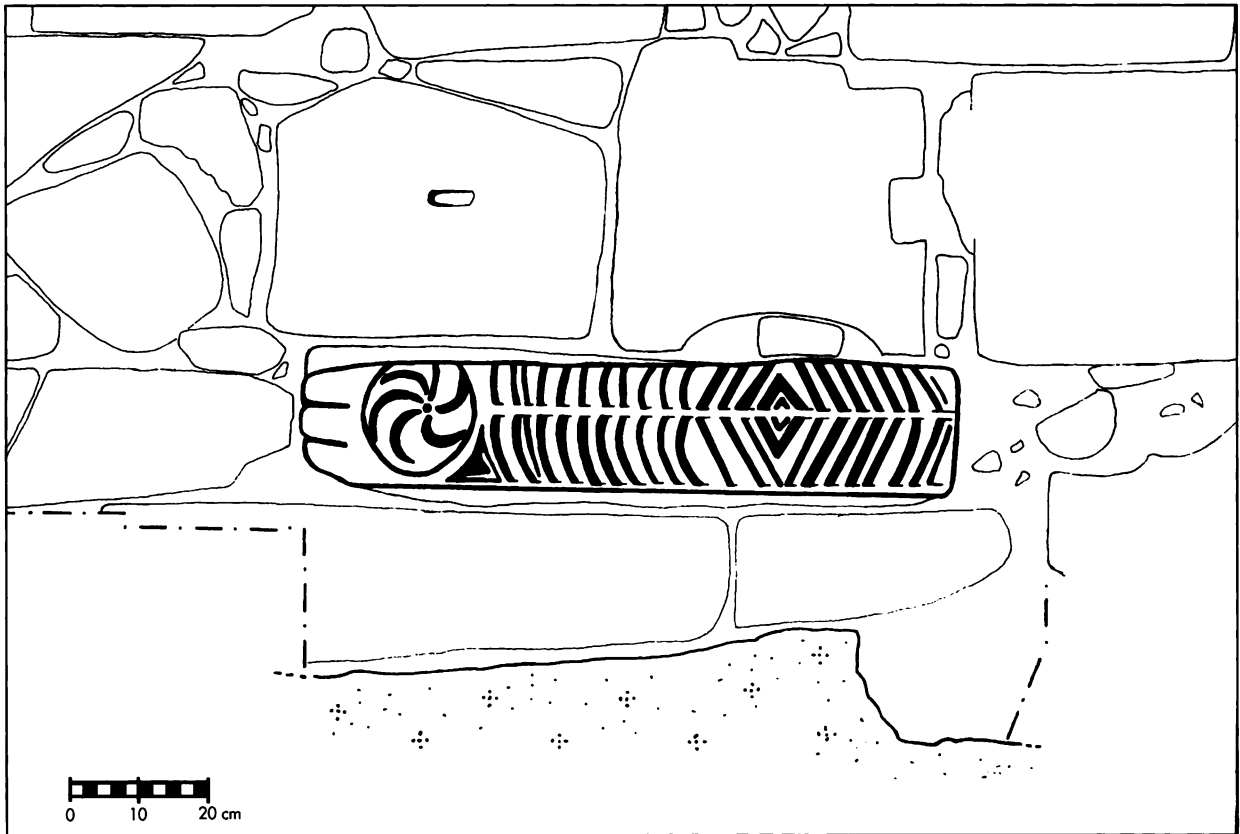


Figura 4a. Fragmento de imposta (?), em granito.

do do espaço interior. O momento destas reconstruções não é ainda determinável com rigor, podendo adiantar-se apenas que, pela relação estratigráfica, parecem contemporâneas da edificação da basílica sueva de Dume –a confirmar-se esta contemporaneidade, a hipótese de adaptação da *villa* a mosteiro adquire maior probabilidade, considerando que as fontes documentais referem ter este sido fundado junto à basílica de Dume, «virado a Braga» (AMARAL, 1803 e FERREIRA, 1928).

A EDIFICAÇÃO SUEVA

Exactamente a Norte dos vestígios que temos vindo a descrever e sobrepondo-se-lhes parcialmente –rompimento do *vallum* pelas valas de fundação– foi construído cerca de meados do século VI um edifício de culto cristão, que S. Gregório de Tours diz ter sido mandado erguer pelo rei suevo Carrarico como voto pela cura do seu filho, graças à intercessão de S. Martinho de Tours, a quem se dedicou a basílica. Em 558 o bispo S. Martinho sagrou-a sede da diocese de Dume, nela mandan-

do colocar uma inscrição com versos dedicados ao seu homónimo S. Martinho de Tours (ICERV, 349).

Os vestígios da basílica estendem-se pelo adro e sob a actual igreja paroquial, numa área superior a 750 m², e constituem a principal descoberta proporcionada pelas escavações arqueológicas. A construção, feita com poderosas paredes de 1,20 metros de espessura na cabeceira e 0,50 metros na nave, bem alicerçadas na arena granítica através de silhares almofadados, desenha uma planta em cruz orientada E-O, com cabeceira trilobada e uma só nave (fig. 2 e 3).

Este vasto edifício, com cerca de 34 metros de comprimento e 20 metros de largura máxima, apresenta uma divisão interior de espaços bem estabelecida: uma nave, com passagem à quadra central marcada por uma tripla arcatura apoiada em quatro pares de colunas, formando uma espécie de iconostasis: uma quadra central que se alarga às ábsides laterais, semicirculares peraltadas, formando transepto, com uma série de embasamentos que definem uma teoria de colunas adossadas à face interna das ábsides (6 em cada). Quatro embasamentos mais largos marcam os cantos do cruzeiro, que poderia elevar-se em torre lan-

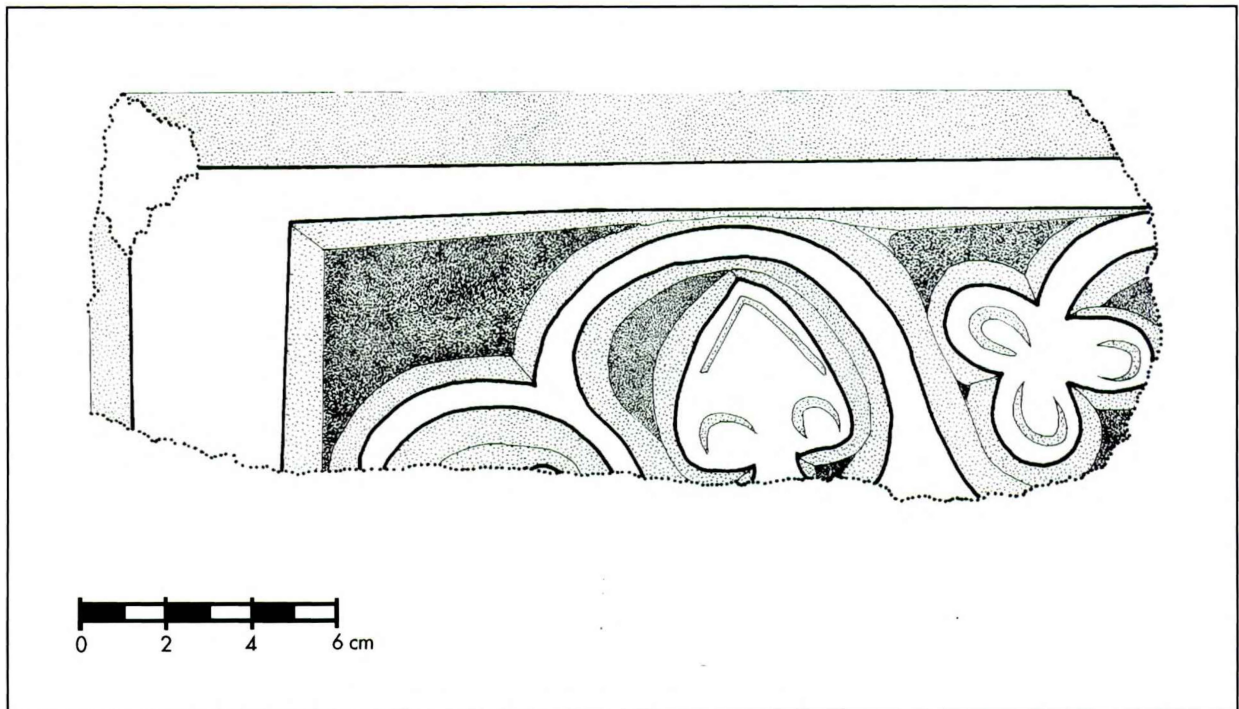


Figura 4b. Fragmento de cancel (?), em mármore.

terna; a passagem à ábside oriental é estabelecida por um par de colunas e muros reentrantes definindo uma espécie de arco triunfal, dispondo-se em patamares que vencem uma elevação do nível do solo de cerca de 0,60 metros; a ábside oriental, também semicircular peraltada mas mais estreita que as laterais, apresenta-se longitudinalmente dividida por um murete axialmente centrado e com uma teoria de 8 colunas adossadas à face interna da parede. Restos de uma preparação/assentamento de pavimento dispersam-se pelo interior do edifício, revelando na ábside meridional vestígios pouco claros do assentamento de uma estrutura indefinível (altar lateral?).

Uma questão que esta organização interna do espaço nos levanta é a da sua eventual relação com a liturgia. Sem pretender estabelecer qualquer correspondência com uma prática litúrgica específica, gostaríamos de sublinhar alguns aspectos que parecem prender-se com a prática de culto.

As três zonas que se diferenciam claramente, nave, coro (cruzeiro e ábsides laterais) e ábside, refletem uma organização simples, bem diferente da complexidade que os cânones conciliares, as regras monásticas ou o *Ordo* dessa época deixam transparecer. A sua relação com uma determinada organização do serviço litúrgico da Missa é pouco evidente. A aparente ausência de compartimentos e portas ou entradas laterais, dificulta ainda mais a

apreensão de qualquer relação, se é que deve existir. A sua adequação à prática de culto, porém, afigura-se-nos indubitável, pois só assim se compreenderá a nítida separação entre nave e zona presbiterial, a primeira um espaço mais público, destinado concerteza aos fiéis comuns, e a segunda um espaço mais privado, seguramente reservado aos religiosos.

A solução planimétrica evidenciada pela basílica de Dume inscreve-se perfeitamente no modelo de igrejas orientais que, a partir do início do século VI e até ao VIII, invadiu o ocidente europeu (KRAUTHEIMER, 1986). Como paralelos mais aproximados, no que concerne à origem e variações do modelo, podem referir-se, entre muitos outros: capela de Theotokos da basílica de Ras Siaga, na Palestina, e basílica de Hermopolis, na Núbia (NUBBAUM, 1965); a igreja de Sant Martí de Forndelvidre, na Catalunha (JUNYENT, 1983); a capela de Saint-Saturnin da Abadia de Fontenelle / Saint Waindrille (HEITZ, 1987), e a capela de Fecamp/Seine-Maritime (ROY, 1990), na Normandia; ou ainda a igreja de Santa Maria di Castelseprio, em Milão (BOGNETTI, *et al.* 1948).

A utilização deste modelo nesta região, aparentemente precoce, parece resultar de uma difusão oriunda do Norte da península itálica (zona de Milão – Ravenna?), sendo mais difícil determinar o seu caminho de penetração –continental ou

marítimo. É um dado adquirido, contudo, que esta região, na época baixo-imperial e sueva, tinha fortes contactos com Ravenna e Roma, com o Próximo Oriente e com o reino franco merovíngio, como testemunham as bem documentadas relações diplomáticas civis e eclesiásticas e as relações comerciais (COSTA, 1950; SAYAS ABENGOCHEA e GARCÍA MORENO, 1986; DELGADO, 1988; PALOL, 1977).

As centenas de tesserae de mosaicos recolhidas em camada associável a esta edificação enquadram-se, pela sua tipologia, nas produções da escola ravennate, reforçando também, a este nível da decoração, a existência de influências do mundo oriental-bizantino. Estes vestígios de mosaicos são, aliás, os únicos elementos decorativos que sabemos com segurança se integravam na basílica sueva. Vários outros elementos arquitectónicos poderiam também ter feito parte deste edifício, mas o seu achado em camadas de revolvimento posteriores não permite uma associação segura. Entre eles, três ostentam uma decoração característica das artes pré-românicas, assemelhando-se a produções datadas, noutros monumentos, dos séculos V-VIII; um fragmento de cancel (?), em mármore, com uma gramática decorativa vegetalista (ramos, folhas de hera e de trevo), de filiação clássica, com paralelo muito aproximado nos fragmentos de cancel de Santa Luzia del Trampal, Andaluzia (CABALLERO ZOREDA, 1989);

um fragmento de friso, em calcário, com decoração geométrica de losangos dispostos em banda, que parece preludiar a mais rica e variada decoração dos frisos de S. Frutuoso e S. Torcato; e um fragmento de imposta (?), em granito, com decoração em espinha e roseta, com muitos paralelos nas produções visigóticas, asturianas e mesmo moçárabes (ALARÇÃO, 1986; ALMEIDA, 1962; ALMEIDA, 1986; CRUZ VILLALÓN, 1985; FONTAINE, 1978) (ver fig. 4).

Na área intervencionada não se identificou qualquer vestígio de estrutura baptismal relacionada com esta primeira edificação, mas será prematuro afirmar a sua inexistência. Num pequeno outeiro a cerca de 120 metros a NE da basílica, refere-se a existência de epígrafes, capitéis e embasamentos de um pequeno edifício, que poderão corresponder à existência de um martyrium –hipótese que só escavações arqueológicas, que futuramente pretendemos efectuar, permitirão ou não confirmar.

Reflectindo sobre este facto de aparecer como edifício de culto único, isto é, sózinho, coloca-se uma outra questão, de certo modo também relacionada com a problemática do uso litúrgico –o templo integraria um conjunto episcopal ou um conjunto monástico? Os dados arqueológicos são ainda insuficientes para se tirarem conclusões definitivas, mas parecem apontar para a segunda possibilidade, tanto mais provável quanto o bispado de Dume revestia um carácter excepcional,

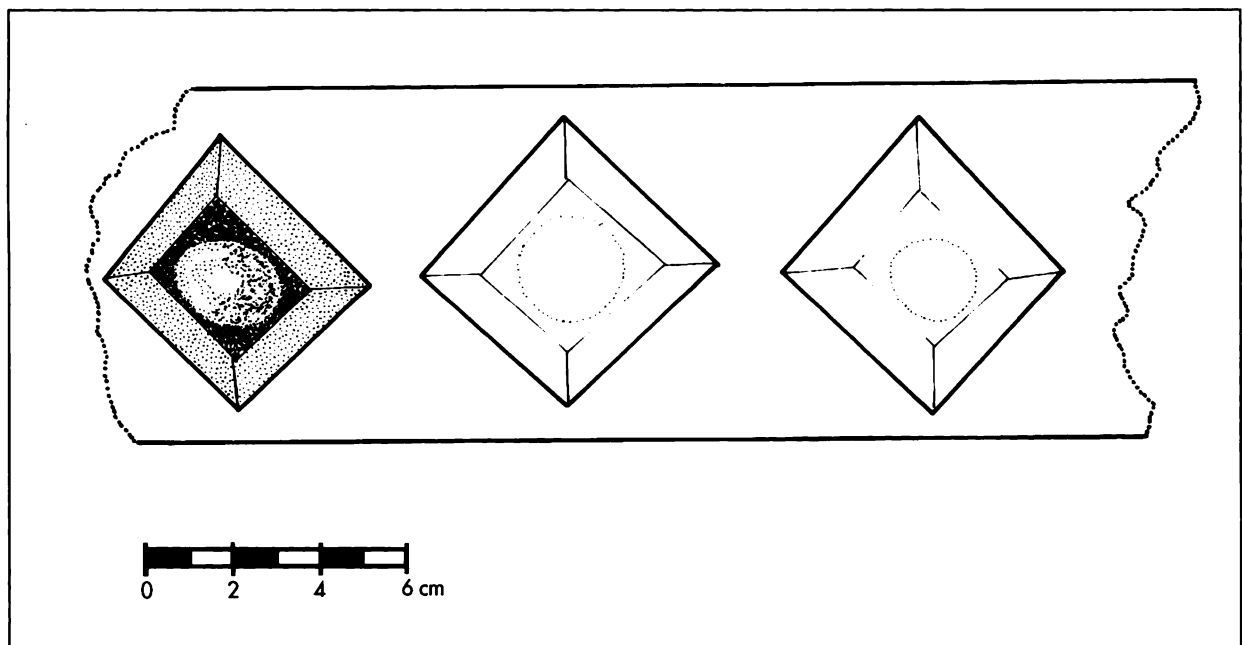


Figura 4c. Fragmento de friso, em calcário.

como prova o facto de vários dos seus bispos terem ocupado a cátedra bracarense acumulando a administração da diocese de Dume.

Do conjunto das considerações feitas até aqui decorre, aparentemente, uma novidade: a basílica de Dume terá tido, durante o período suevo-visigótico, um triplo estatuto/função –sede episcopal, basílica monástica e igreja «paroquial».

Depois da edificação da basílica e da reconversão da *villa* em mosteiro, no século VI, o sítio não parece ter conhecido grandes transformações. Os vestígios arqueológicos até agora descobertos praticamente nada elucidam sobre o período relativo aos séculos VII e VIII, escassez de informação também patenteada pelas fontes escritas dessa época. Os saques, destruições e pilhagens perpetrados aquando da anexação do reino suevo pelos visigodos, primeiro, e pelos árabes, depois, parece que não deixaram em Dume quaisquer marcas.

A REEDIFICAÇÃO DA RECONQUISTA

É só a partir da segunda metade do século IX que novamente surgem notícias sobre Dume, num quadro de movimentação de interesses religiosos, políticos e económicos que, até à restauração da diocese de Braga, em finais do século XI, vai acompanhar todo o processo reorganizativo da região: é a afirmação do novo poder veiculado pela Reconquista Cristã, que no decorrer do século XII vai culminar na afirmação do Estado Português.

É também, para Dume, um período fulcral. Em 866, o bispo dumiense Sabarico transfere-se para Mondonhedo, na Galiza, devendo datar dessa época a extinção do mosteiro. Em 911, Ordonho II da Galiza manda delimitar novamente o termo de Dume e confirma a anterior doação ao bispo de Mondonhedo, feita em 877 por Afonso III. Em 1102, D. Diogo Gelmirez, bispo de Santiago de Compostela, «furta piedosamente» relíquias em igrejas de Braga, como S. Frutuoso de Montélios e S. Victor, sem se interessar, estranhamente, pela igreja de Dume. Finalmente, em 1103, dá-se a devolução de Dume à diocese de Braga, na qual se integra já não como bispado mas sim como paróquia.

Nos finais do século XI ter-se-á produzido, igualmente, o dito túmulo de S. Martinho de Dume (SCHLUNK, 1968), obra de arte que encontra justificação para a sua produção tanto na implementação, efémera, do culto do santo, como na reedificação da antiga basílica dumiense.

É neste contexto histórico dos séculos X-XI que situamos cronologicamente a reedificação da igreja de Dume, a ela se reportando os vestígios melhor conservados e mais amplos colocados a descoberto pelas escavações arqueológicas.

Feita *a fundamentis*, a reedificação do templo foi também uma ampliação. As novas paredes, solidamente alicerçadas na arena granítica, ergueram-se contra a face externa das paredes do edifício primitivo, determinando assim a manutenção da planta anterior com cabeceira trilobada e uma só nave, naturalmente agora de maiores dimensões –cerca de 35 metros de comprimento por 22,5 metros de largura na zona do cruzeiro/transepto, e um alargamento ainda maior na largura da nave, que passou para 11,5 metros. A manutenção do traçado da planta foi, porém, o único elemento anterior que permaneceu. Com efeito, a tecnologia construtiva e a organização interior do espaço revelam-se absolutamente distintos.

A nova construção foi feita com paredes mais estreitas, medindo 0,80 metros de espessura, aparelhadas regularmente com blocos de granito de pequena e média dimensão, dispostos em fiadas horizontais mais ou menos uniformes. Nos alicerces incorporam alguns silhares almofadados de grandes dimensões, colocados espaçadamente e ligeiramente salientes em relação ao prumo da parede. A ábside meridional foi reforçada exteriormente com quatro muretes/contrafortes, dispostos radialmente a partir do topo da ábside – com as mesmas características construtivas das paredes da igreja, na qual travam, medem 2,30 metros de comprimento e 0,50 metros de largura e apresentam um intervalo entre si, no arranque, de 2,80 metros. Julgamos que a aplicação de contrafortagem apenas nesta ábside, terá sido determinada pela existência de um acentuado desnível do solo natural nesta zona, cerca de 2 metros, o que poderia fragilizar a construção.

Interiormente, a organização do espaço conheceu também alterações significativas. Os restos do primitivo templo foram completamente cobertos pelo espesso pavimento argamassado, tipo *opus signinum*, do novo edifício, anulando-se todas as teorias de arcaturas anteriores. Na ábside oriental, que se conservou sobreelevada em relação ao resto do edifício, identificaram-se restos de assentamento de altares de diferentes tipologias: ao fundo, junto ao topo da ábside, elevaram-se quatro colunas graníticas, de que só apareceram os restos de três, suportando o que poderia ser uma mesa de altar ou uma espécie de cibório ou baldaquino –bem ligadas com o pavimento, a sua construção é

contemporânea de reedificação; ao centro da ábside, encontrou-se parte de um rebaixamento/encaixe no pavimento, rebocado com estuque granuloso, desenhado uma forma rectangular com aproximadamente 1,20 x 0,80 metros de lado e 0,10 metros de profundidade, enquadrado por quatro cavidades de embasamento de colunelos (?) – parece tratar-se do embasamento de um altar que, num primeiro momento seria do tipo cipo ou caixa, assentado no encaixe aberto no pavimento, e que posteriormente terá sofrido alterações e uma ligeira deslocação para oriente, passando a ser constituído por uma mesa apoiada em colunelos (?) – uma moeda de D. João I recolhida numa das cavidades que ladeiam o encaixe, situam essas alterações nos princípios do século XV (1409-1415), antes ainda das profundas perturbações que, na segunda metade do século XVI, a conturbada trasladação das supostas relíquias de S. Martinho de Dume causou nesta parte da igreja (FERREIRA, 1928 e SILVA, 1919).

Com o arco triunfal alargado, a passagem da ábside ao cruzeiro/transepto acentuou-se com dois degraus, de que se conserva boa parte do degrau superior, desenhados pelo próprio pavimento argamassado.

O amplo espaço definido pelo cruzeiro e ábsides laterais, formando um verdadeiro transepto, apresenta uma pavimentação uniforme, praticamente sem diferença de nível. No canto NE da quadra central incorpora o que interpretamos como vestígios de implantação de uma estrutura baptismal, formada por um embasamento circular aberto no pavimento e restos de uma canalização. Na ábside Sul, contra o arranque oriental da parede, foi em época posterior implantada uma sepultura cuja construção, rasgando o pavimento, foi destruída parcialmente, aproveitando-a, a parede do século VI que estava soterrada. Na ábside Norte, vestígios de um pavimento lajeado e uma base de coluna, que parecem *in situ*, sobrepõe-se ao primeiro pavimento da reedificação, testemunhando alterações tardias de que, para já, não se conhecem as características e amplitude globais.

A passagem à nave conheceu também uma alteração profunda. Eliminada a tripla arcatura anterior, ficou uma abertura mais ampla que esbarteu, sem anular completamente, a separação entre a nave e o cruzeiro/transepto. Este «alargar» do espaço acessível aos fiéis foi reforçado, na nave, com o aumento da largura desta. Aqui, o pavimento, para além de se apresentar melhor conservado e em áreas mais extensas, integra uma fossa de modelagem e fundição de sinos, contemporânea

da reedificação, a primeira que se conhece no actual território português – axialmente centrada sobre o eixo longitudinal da igreja e muito próxima da passagem ao cruzeiro, esta estrutura forma uma espécie de caixa, de planta sub-rectangular, de paredes aparelhadas com blocos de granito e fragmentos de tijolo, apresentando a face interna revestida de barro colocado grosseiramente com os dedos e evidentes sinais de fogo. Com cerca de 1,25 metros de comprimento e 0,85 metros de largura, desenvolve-se cerca de 0,80 metros em profundidade, recortando ligeiramente a arena granítica. Por aflorar ligeiramente acima do pavimento e pela sua elevação em curvatura convergente, esta estrutura deveria fechar em abóbada. A semelhança desta estrutura com a descoberta recentemente na catedral de Rouen, é notória. Também aí foi interpretada como fossa de modelagem e fundição de sinos, sendo datada do século X (LE MAHO, 1990).

Duas portas laterais, abertas nas paredes ocidentais das ábsides junto aos arranques da nave, estabeleciam a ligação ao exterior. Haveria ainda uma porta principal, aberta na fachada ocidental da nave. As duas entradas laterais, bem identificadas pelos cunhais e soleiras que se conservam, abriam um vão de 1,20 metros, que se transpunha através de um degrau. Na porta lateral Sul este era formado por três tijolões com restos de mosaico, reaproveitados (os três tijolões correspondem a três partes distintas de mosaico, ostentando uma decoração geométrica com paralelos tipológicos nas produções romanas tardias do *Conventus Bracarense* (ACUÑA CASTROVIEJO, 1974) – podendo ser da *villa* romana, afigura-se-nos também possível que pertencessem a tampas sepulcrais paleo-cristãs, considerando o facto de o suporte do mosaico ser constituído por tijolões, solução que não parece ocorrer na decoração musiva de pavimentos.

Uma espécie de cinta formada por fragmentos de tegulae, de tijolos e de placas de ardósia, com uma largura média de 0,50 metros, rodeava toda a construção.

No que concerne ao espaço exterior, admitimos que o lançamento dos contrafortes, a partir do topo da ábside meridional, bem como a construção de uma canalização e de um poço/cisterna, a SE, terão implicado um novo ordenamento cujos contornos globais, contudo, nos escapam. Os vestígios de um pavimento de tijolo moído, uma espécie de *opus signinum* mais frágil, encostado ao ângulo formado pelas ábsides Este e Sul, em que se incorporam duas bases de colunas invertidas,

devem relacionar-se também com essa ordenação exterior do espaço, embora se reportem a um momento mais tardio –séculos XIII-XIV com base na cerâmica aí recolhida.

Do ponto de vista do uso litúrgico, trata-se de uma igreja paroquial vulgar, com uma organização –nave, transepto e capelamor– perfeitamente adequada às práticas litúrgicas correntes. Em relação ao templo primitivo, as alterações reflectirão, mais do que distintos rituais litúrgicos, mudanças de carácter funcional, que se prendem com o próprio sistema organizativo da Igreja. De facto, a basílica sueva, de menores dimensões, e se efectivamente integrada num conjunto monacal, adequar-se-ia mais a uma utilização restrita, enquanto a igreja da Reconquista de dimensões significativamente maiores e integrando uma estrutura baptismal no interior, parece responder a uma necessidade de facilitar o culto a um grande número de fiéis, justificando-se sobretudo como igreja paroquial. Idênticas transformações sucederam-se noutras regiões europeias acompanhando o processo de constituição de paróquias, como por exemplo em Génève com a igreja de La Madeleine (HEITZ, 1987).

Para a época, nesta região, o modelo planimétrico de cruz latina constituirá uma excepção, no quadro dos modelos que então se difundem e em que dominam as igrejas de nave e ábside rectangulares. Compreende-se aqui, por ser uma solução local claramente herdada do modelo anterior. O que poderia constituir uma inovação não passará, portanto, de uma permanência que, se considerarmos também a reutilização sistemática de materiais construtivos anteriores, se deverá relacionar mais com a pobreza de meios do que com a vontade consciente de perpetuar um modelo arquitectónico «clássico».

Só nos séculos XVII-XVIII se verificará a grande ruptura arquitectónica, na sequência de nova reedificação, provavelmente determinada por um incêndio que parece ter afectado sobretudo a zona da cabeceira.

Depois de demolida a igreja medieval, construiu-se sobre as suas ruínas um novo edifício, agora de nave e ábside rectangulares, rompendo-se definitivamente com o modelo anterior. De comum, apenas dois únicos elementos: a localização do arco triunfal, erguido exactamente no mesmo sítio dos anteriores, aproveitando mesmo os seus embasamentos, e a conservação do eixo longitudinal original. Menos comprido e mais estreito que os anteriores, o novo edifício foi construído com materiais novos, dispersando-se os res-

tos dos antigos templos por habitações da localidade. Para alicerçar as novas paredes e o pavimento interior da nave, rasgaram-se largas valas destruindo profundamente as ruínas soterradas. Os abundantes enterramentos feitos posteriormente no seu interior, prática comum até finais do século XIX, acentuaram ainda mais essa destruição, tornando assim particularmente difícil a escavação e análise arqueológicas dos vestígios que desde 1987 vêm sendo descobertos.

BREVE NOTA SOBRE A CAMPANHA DE 1991-92

Terminada recentemente, a 3ª campanha de escavações incidiu na zona do adro frontal à entrada da igreja paroquial, com o objectivo principal de detectar a fachada da igreja primitiva e assim determinar a globalidade da sua extensão. Realizados pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, sob a nossa direcção, os trabalhos foram integralmente financiados pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Os resultados obtidos foram os inicialmente previstos, pois os quatro cortes abertos, correspondentes a uma área de 56 m² permitiram colocar a descoberto praticamente toda a metade Sul da fachada, respectivo cunhal e arranque da parede da nave, bem como parte de uma necrópole associável à Fase II (edificação da Reconquista).

Os dados relativos à sucessão estratigráfica e processo constructivo foram amplamente confirmados, verificando-se que a parede da fachada ocidental do templo suevo foi integralmente aproveitada como fachada do templo reedificado mais tarde. Muros de contrafortagem foram erguidos posteriormente, sobrepondo-se aos enterramentos medievais.

Mais significativos foram os dados fornecidos pelos cerca de 10 enterramentos identificados, correspondentes a parte da necrópole implantada contra a fachada da igreja. Localizados a uma profundidade média de 1,50 metros, os enterramentos foram feitos em sepulturas formadas por caixas de forma rectangular, distinguido-se pelo menos três tipos de construção: paredes laterais de grandes lajes reaproveitadas (padieiras de portas, tampas sepulcrais com mosaico), cobertura com lajes menores também reaproveitadas (aduelas de arcos, cunhais) e fundo de *tegulae* inteiras com sobrelevação da que apoiava a cabeça do defunto; paredes laterais de alvenaria de pedra e tijolo, com aparelho horizontal regular, fundo de arena

granítica e cobertura em lajes de granito (destruídas); paredes exclusivamente em tijolo e pedaços de *tegulae*, fundo de arena granítica e cobertura em lajes reaproveitadas. Com base nos restos osteológicos detectados em três das sepulturas, que não continham qualquer espólio, julgamos poder afirmar tratar-se de sepulturas de inumação, sendo o corpo colocado deitado, com os pés para nascente e a cabeça para poente –orientação característica dos enterramentos cristãos.

A cronologia proposta para estes enterramentos têm por base não apenas a sua relação estratigráfica com a reedificação da Reconquista, mas sobretudo o facto de reaproveitar elementos construtivos de edificações e enterramentos anteriores, particularmente os restos de coberturas tumulares com mosaico que pertenceriam à necrópole sueva-visigótica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tudo o que expusemos até aqui, gostaríamos de finalizar o trabalho apresentando algumas reflexões, não tanto no sentido de produzir afirmações conclusivas mas antes de expor as interrogações que têm orientado a nossa investigação.

No que respeita ao panorama da arqueologia alto-medieval, julgamos poder estar optimistas, não sendo Dume o único sítio com ocupação do período suevo-visigótico. A descoberta e escavação de vestígios dessa época, em diversas áreas urbanas e rurais do Norte de Portugal –Braga, Chaves, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira, Carrazeda de Ansiães, Miranda do Douro ou Vila do Conde, p. e., bem como o futuro reestudo de S. Frutuoso e da Falperra, pela novidade das informações que comportam, deverão constituir um significativo aumento do conhecimento, eliminando a quase «oficializada» lacuna que ainda existe.

Ainda que provisoriamente –a maior parte dos resultados estão ainda em fase de estudo ou em preparação de publicação– depreende-se dos dados disponíveis uma continuidade de ocupação sem grandes rupturas, numa diversificação de povoamento tão significativa quanto a ilustrada pelas sequências detectadas na Sé da Braga, nas *villas* ou *vici* de Dume, da Granjinha, da Facha, de Lobelhe, de Tralhariz e Faceira, ou nos povoados fortificados da Idade do Ferro, romanizados, da Falperra e da Retorta.

Se a ausência de rupturas entre o «mundo romano» e o «mundo bárbaro» parece evidente,

menos fácil é caracterizar essa transição e posterior desenvolvimento. No conjunto, há progresso ou há retrocesso? A questão não é fácil, até pela subjectividade dos conceitos.

As fontes escritas coevas permitem interpretações diversas, extraíndo-se dos textos dos autores dos séculos V e VI indicações de destruição e perturbação – «<Ano de 456> *O rei Teodorico dirige-se com o seu exército para Braga - última capital da Galécia. (...) Embora a pilhagem da cidade não tenha sido sangrenta, todavia, foi bastante triste e digna de lástima. (...) As basílicas dos Santos são desmanteladas. Derrubados os altares (...). Os lugares sagrados são atafalhados de jumentos, de gado e de camelos (...)*». (Idácio, Crónica, § 174: CARDOSO, 1982)., mas também de construção e organização–. «*Também os Bárbaros sem demora execravam abominavelmente as suas espadas e se voltavam para os arados. Protegem os Romanos que ficam e têm-nos à conta de aliados de há pouco e amigos recentes. De modo que já entre os Bárbaros se encontram Roamnos que preferem ter uma ténue liberdade entre os Bárbaros a suportar a inquietação dos impostos entre os Romanos*». (Orósio, História contra os pagãos, VII:41, CARDOSO, 1986).

Assim, a sua análise crítica não permite sustentar, de modo nenhum, a leitura enviesada e reductionista que delas fizeram inúmeros autores. O mesmo se aplicará aos relatos das invasão e ocupação árabes e do processo de reconquista, supostamente destrutivas e despovoadoras, em que se repetem tópicos descritivos semelhantes que, mais do que retratar uma realidade efectiva, «pintam» episódios em que se exaltam os valores guerreiros dos protagonistas e se procura legitimar a afirmação de um novo poder. De que outro modo compreender que o cronista árabe Ibne Abd Al-Munim Al-Himiari relate, nos fianis do século XIII e baseando-se nas descrições do século XI do geógrafo Al-Bakr, que «(...) *Esta cidade de Braga que remontava à antiguidade, foi uma das fundações dos romanos e uma das suas residências reais. Assemelhava-se a Mérida pela solidez dos seus edifícios e a ordenação das suas muralhas. Está hoje quase inteiramente destruída e deserta: foi demolida pelos muçulmanos que expulsaram a população (...)*» (COELHO, 1989), quando Afonso III das Astúrias tinha delimitado o termo de Braga e confirmado a sua posse ao metropolitano Flaviano Recaredo, em 905-910, e já antes, no ano de 873, aquando da reunião da cúria régia em Braga, havia mandado «restaurar e repovoar» a cidade? (*Liber Fidei*, docs, 16 e 17 – COSTA, 1965).

Hoje, a arqueologia vem fornecer novos elementos, possibilitando uma abordagem, embora ainda incompleta, mais enriquecedora. É com o seu contributo que, aqui, procuraremos traçar um novo quadro caracterizador, fazendo-o baseados fundamentalmente no caso de Dume, naturalmente o que melhor conhecemos, mas salientando desde já o carácter provisório e as limitações da generalização, que o desenvolvimento futuro dos estudos necessariamente corrigirá.

Paralelamente à afirmação política do reino suevo e ao enraizamento definitivo da Igreja, o Norte de Portugal terá conhecido, para além da continuidade do mesmo tipo de povoamento, eventualmente com uma ocupação preferencial das áreas rurais, a manutenção das relações «internacionais» (diplomáticas, comerciais, artísticas, etc.), uma renovação construtiva e um razoável crescimento económico —conjunto de factores cujo ponto alto de convergência positiva parece ter acontecido nos meados do século VI.

É neste sentido que interpretamos a autonomia política e territorial protagonizada pelos suevos: a afirmação do cristianismo e o desenvolvimento que a Igreja conheceu, em particular o esforço organizativo da Igreja Bracarense, de que sobressai o papel relevante desempenhado pelo bispo de Braga e Dume. S. Martinho; a importação de cerâmicas foceanas, cipriotas e de tipo *Late Roman C*; a edificação ou remodelação de templos, mosteiros e *villas*; ou a deslocação de embaixadas às cortes franca e a Roma.

Não sendo num quadro geral de desenvolvimento positivo, como compreender a grandiosidade de uma basílica como a de Dume, ou mesmo as tentações expansionistas dos monarcas suevos?

À individualidade política sueva e à particularidade litúrgica da Igreja Bracarense, corresponderá uma arquitectura religiosa específica?

Efectivamente, e se num contexto europeu a basílica sueva de Dume se inscreve nas correntes que difundem modelos de tradição oriental, verificamos que num contexto mais regional ressalta a sua originalidade, pois não parece inscrever-se em nenhum dos grupos tipológicos peninsulares caracterizados pelos especialistas. Mas, terá sido uma produção isolada, ou terá constituído um prototipo influenciador de outras edificações? A capela de S. Frutuoso, cuja arquitectura sempre deixou perplexos os seus estudiosos, que a consideraram exemplar único e uma excepção, não poderá talvez perceber-se melhor a partir de Dume?

O mesmo já não se poderá dizer da tecnologia construtiva patenteada nas edificações de Dume: o

templo da primeira fase (suevo), construído com silhares de granito almofadados, com juntas preenchidas por argamassa, formando paredes praticamente sem núcleo, aponta para uma construção poderosa, monumental, inserindo-se perfeitamente na tradição construtiva romana, tal como a capela de S. Frutuoso, construída no século seguinte a algumas centenas de metros de Dume; o templo da segunda fase (reconquista), revela uma tecnologia distinta, aparentemente menos sólida. O aparelho é menos cuidado e recorre a pedras de pequenas dimensões (0,25-0,30 metros), sendo claro o reaproveitamento de materiais de construções anteriores, incluindo silhares da primitiva basílica. Para além de mais estreita cerca de 0,30 metros, a parede apresenta um largo núcleo interior de calhaus, cascalho e argamassa. É uma técnica comum, que não traduz qualquer inovação individualizadora, sendo praticada já desde o Baixo Império (CABALLERO ZOREDA, *et al.* 1982; CABALLERO ZOREDA, 1987; JUNYENT, 1983; HAUSCHILD, 1982).

Em conclusão, e reiterando a ligeireza da síntese, o conjunto das características que os poucos vestígios arqueológicos deixam apreender, traduzem uma evolução em que o peso da «romanidade», sendo inequívoco, deixa espaço à manifestação da «criatividade» e «originalidade» locais e/ou regionais.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA CASTROVIEJO, F., 1974. *Mosaicos Romanos de Hispania Citerior: III, Conventus Bracarenensis*, Santiago de Compostela.
- ALARCÃO, J., 1986. *História da Arte em Portugal*, 1, Lisboa.
- ALMEIDA, F., 1962. *Arte Visigótica em Portugal, O Arqueólogo Português*. Nova Série, IV. Lisboa.
- ALMEIDA, CAF., 1986. *História da Arte em Portugal*, 2, Lisboa.
- AMARAL, A.C., 1803. *Vida e Opúsculos de S. Martinho Bracarense*, Lisboa.
- BOGNETTI, G.P.; CHIERICI, G., 1948. *Santa Maria di Castelseprio*, Milano.
- CABALLERO ZOREDA, L., 1987. Hacia una propuesta tipológica de los elementos de la arquitectura de culto cristiano de época visigoda. *Arqueología Medieval Española, II Congreso*, I: Ponencias, Madrid.
- CABALLERO ZOREDA, L., 1989. Una nueva iglesia visigoda: Santa Lucía del Trampal, *Información cultural, Ministerio de Cultura*, 75. Madrid.
- CABALLERO ZOREDA, L.; LATORRE MACARRÓN, J.L., 1982. Santa Maria de Melque y la Arquitectura visigoda. *II Reunión d'Arqueologia Paleocristiana Hispànica*, Montserrat (1978), Barcelona.
- CARDOSO, J. <tradução de>, 1978. *Crónica de Idácio*. Braga.
- CARDOSO, J. <tradução de>, 1986. *História contra os pagãos*, Braga.
- COELHO, A.B., 1989. *Portugal na Espanha Árabe*, I, Lisboa.

- COSTA, A.J., 1950. S. Martinho de Dume. *Bracara Augusta* (sep.), II, n.º 3., 1950, Braga.
- COSTA, A.J., <edição crítica de>, 1965. *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, I, Braga.
- COSTA, A.J., <edição crítica de>, 1978. *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, II, Braga.
- COUTINHO, J.M., 1957. Os Sarcófagos de Dume na Arte Pre-Românica. *Bracara Augusta*, VIII, n.º 3-4 (37-38), Braga.
- COUTINHO, J.M., 1978. *As Artes Pré-Românicas em Portugal, S. Frutuoso de Montélios*, Braga.
- CRUZ VILLALÓN, M.C., 1985. *Mérida Visigoda: La escultura arquitectónica y litúrgica*, Badajoz.
- DELGADO, M., 1988. Contribuição par ao estudo da difusão das cerâmicas tardias do Médio Oriente, *Cadernos de Arqueologia*, série II, 5, Braga (no prelo).
- FERNANDES, A.A., 1968. *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*, Viana do Castelo.
- FERNANDES, A.A., 1990. Oposição toponímica à doutrina do despovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII-X. *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, I Braga.
- FERREIRA, J.A., 1928. *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*, I, Braga.
- FÉVRIER, P.A., 1982. Archéologie et Société: L'exemple hispanique, *II Reunió d'Arqueologia Paleocristiana Hispànica*, Montserrat (1978), Barcelona.
- FONTAINE, J., 1978. *El Prerománico*, Madrid.
- FONTES, L.F.O., 1978. Salvamento Arqueológico de Dume, 1987. Primeiros Resultados. *Cadernos de Arqueologia*, série II, 4, Braga.
- FONTES, L.F.O., 1990. Excavações arqueológicas na antiga igreja de Dume. Notícia preliminar da campanha de 1989. *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, I, Braga.
- FONTES, L.F.O., 1992. O Norte de Portugal no Período Suevo-Visigótico. Elementos para o seu estudo. *Actas do XXXIX Corso Di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina* (6-12 Aprile 1992), Ravenna.
- HAUSCHILD, T., 1982. Técnicas y maneras de construir en la Arquitectura Paleocristiana hispànica, *II Reunió d'Arqueologia Paleocristiana Hispànica*. Montserrat (1978). Barcelona.
- HEITZ, C., 1987. *La France Pré-Romane: Archéologie et architecture religieuse du Haut Moyen Âge (IV^e siècle-An Mille)*, Paris.
- ICERV 349 (JOSÉ VIVES, 1969). *Inscripciones cristianas de la España romana e visigoda*, II, Barcelona.
- JUNYENT, É., 1983. *L'Arquitectura Religiosa a Catalunya abans del Romànic*. Montserrat/Barcelona.
- KRAUTHEIMER, R., 1986. *Architettura Paleocristiana e Bizantina*, Torino.
- LE MAHO, J., 1990. La Cathédrale Primitive de Rouen, *Les Dossiers d'Archéologie*, 144, Dijon.
- MOREIRA, D.A., 1973. Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Alti-Medievais, I, separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. 34. Porto.
- NUBBAUM, O., 1965. Der Standort des Liturgen am christlichen Altar vor dem Jarhe 1000, *II Theophaneia*, 18/2, Bonn.
- PALOL, P., 1977. Problema Ciudad-Campo en el bajo Imperio en relación a la Ciudad de Lugo. *Actas del Coloqui Internacional sobre el Bimilenario de Lugo*, Lugo.
- ROY, N. (dir. de), 1990. *De la Gaule a la Normandie, 2000 ans d'histoire: 30 ans d'archéologie*, Rouen.
- SAYAS ABENGOCHEA, J.J.; GARCÍA MORENO, L.A., 1986. Romanismo e Germanismo. El Despertar de los Pueblos Hispánicos. *Historia de España*. II (dir. de Tuñón de Lara). Barcelona.
- SCHLUNK, H., 1968. Ein Sarkophag aus Dume im Museum in Braga. *Madrider Mitteilungen*, 9, Madrid.
- SILVA, M., 1919. *Dume e o seu Primeiro Bispo*, Póvoa de Varzim.
- TRANOY, A., 1981. *La Galice Romaine*, Paris.